Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Cotistas, Diretores e Administradores da **Gebbras Participações Ltda.** Santo André- SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gebbras Participações Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Gebbras Participações Ltda em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 26 de janeiro de 2022, sem modificação.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Samuel Viero Ricken
Contador CRC SC-030412-O-1

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Ativo	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021	Passivo	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	47.406	55.590	Fornecedores		2	27
Outras contas a receber		228	-	Obrigações trabalhistas		47	273
Tributos a recuperar		1.213	1.285	Obrigações tributárias		1.804	33
Outros créditos		6	6	Mútuo com partes relacionadas	6.a	170.789	-
				Outras contas a pagar		3	6
Total do ativo circulante		48.853	56.881				
				Total do passivo circulante		172.645	339
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Cauções e depósitos		-	10	Mútuo com partes relacionadas	6.a	174.892	353.473
Dividendos propostos a receber	5.c	42.208	28.329	Obrigações tributárias		-	1.078
Imobilizado		17	2				
Investimentos	5.a	1.920.569	475.889	Total do passivo não circulante		174.892	354.551
Total do ativo não circulante		1.962.794	504.230	Patrimônio líquido			
				Capital social	8.a	1.564.200	190.200
				Reservas de lucros		99.910	16.021
				Total do patrimônio líquido		1.664.110	206.221
Total do ativo		2.011.647	561.111	Total do passivo e patrimônio líquido		2.011.647	561.111
As notas explicativas são parte integrante da	as demonstrações financ	eiras.					

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Nota		
	explicativa	31.12.2022	31.12.2021
Outras receitas	9 -	228	510
Lucro bruto	-	228	510
Despesas administrativas			
Despesas gerais e administrativas	11 _	(12.235)	(2.852)
Total das despesas administrativas	-	(12.235)	(2.852)
Equivalência patrimonial	5.b	112.762	111.435
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos	-	100.755	109.093
Receitas financeiras	10	50.294	50.766
Despesas financeiras	10	(67.160)	(88.442)
Resultado financeiro líquido	-	(16.866)	(37.676)
Lucro líquido do Exercício	=	83.889	71.417
As notas explicativas são parte integrante das demonstraçõe	es financeiras.		

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	83.889	71.417
Outros componentes do resultado abrangente		
Resultado abrangente dos exercícios	83.889	71.417
As notas explicativas são parte integrante das demonstraçõ	ões financeiras.	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

			Reservas	de lucros		
	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.a <u> </u>	190.200			(55.396)	134.804
Lucro líquido do exercício		-	-	-	71.417	71.417
Destinação do resultado do exercício						
Constituição da reserva legal		-	801	-	(801)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros				15.220	(15.220)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.a <u> </u>	190.200	801	15.220		206.221
Aumento de capital		1.374.000	-	-	-	1.374.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	83.889	83.889
Destinação do resultado do exercício						
Constituição da reserva legal		-	4.194	-	(4.194)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros	_			79.695	(79.695)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.a	1.564.200	4.995	94.915		1.664.110

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Nota		
	explicativa	31.12.2022	31.12.2021
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		83.889	71.417
Ajustes em:			
Juros sobre mútuos	10	23.342	22.394
Variação cambial sobre mútuos	10	(11.268)	21.283
Equivalência patrimonial	5.b	(112.762)	(111.435)
Depreciação		3	1
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Tributos a recuperar		72	(397)
Outros créditos		-	(1)
Outras contas a receber		(218)	866
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(25)	(3)
Obrigações tributárias		693	11
Obrigações trabalhistas		(226)	13
Outras contas a pagar		(3)	
Caixa líquido (aplicado)/gerado pelas atividades operacionais		(16.503)	4.149
Fluxo de caixa das atividades de investimento	•		
Aquisição de imobilizado		(18)	
Aumento de capital de investidas em conjunto	5	(1.374.000)	-
Redução de capital das investidas em conjunto	5.b	(1.374.000)	123.980
Dividendos recebidos	5.c	28.203	32.038
Dividendos recebidos	3.0	26.203	32.038
Caixa líquido (aplicado)/gerado pelas atividades de investimento		(1.345.815)	156.018
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	8.a	1.374.000	-
Pagamento de principal de mútuos com partes relacionadas	6.a	-	(123.172)
Pagamento de juros de mútuos com partes relacionadas	6.a	(19.866)	(22.949)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades de financiamento		1.354.134	(146.121)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	;	(8.184)	14.046
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	55.590	41.544
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	47.406	55.590
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(8.184)	14.046
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Gebbras Participações Ltda. ("Gebbras" ou "Empresa") é uma sociedade limitada sediada na cidade de Santo André, no Estado de São Paulo, constituída em 13 de abril de 2015 e controlada pelo Grupo Energia Bogotá S.A. E.S.P., com sede na Colômbia. Tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, simples ou empresárias, e em consórcios e empreendimentos comerciais de qualquer natureza.

Em 21 de agosto de 2015, a Gebbras adquiriu a participação societária de 51% das transmissoras de energia elétrica brasileiras: Transenergia Renovável S.A. ("TER"), Transenergia São Paulo S.A. ("TSP"), Goiás Transmissão S.A. ("GOT") e MGE Transmissão S.A. ("MGE").

Em 30 de novembro de 2022, a Gebbras efetuou aporte de capital de R\$ 1.374.000na Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A. ("ARGEB"), que tem por objeto a participação no capital de outras entidades, como acionista.

A Administração entende que possui controle conjunto evidenciado pelo acordo de acionistas e por sua representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas, bem como na participação nos processos de elaboração de políticas administrativas/financeiras e aprovações de orçamentos, mas não tem o controle total e, portanto, não consolida as demonstrações financeiras de todos os seus investimentos.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Empresa detém as seguintes participações societárias:

	Participaç	ção - %
	31/12/2022	31/12/2021
Transenergia Renovável S.A. ("TER")	51%	51%
Transenergia São Paulo S.A. ("TSP")	51%	51%
Goiás Transmissão S.A. ("GOT")	51%	51%
Mge Transmissão S.A. ("MGE")	51%	51%
Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A. ("ARGEB")	37.50%	_

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo circulante da Empresa está excedendo o ativo circulante em R\$123.792, basicamente decorrente da classificação no passivo circulante do contrato de mútuo no valor de R\$170.789 que a Empresa possui com o Grupo Energia de Bogotá. Esse mútuo foi captado em 2015 para suportar a aquisição de 51% das transmissoras de energia elétrica brasileiras: Transenergia Renovável S.A. ("TER"), Transenergia São Paulo S.A. ("TSP"), Goiás Transmissão S.A. ("GOT") e MGE Transmissão S.A. ("MGE"). O modelo de aquisição em 2015 foi efetuado de forma mista, ou seja, parte via mútuo e parte por equity, sendo essa uma estratégia definida pela controladora para receber o retorno do investimento efetuado nas transmissoras operacionais por juros e por dividendos. Já em 2022 com o investimento efetuado na Argeb, o modelo de investimento foi 100% com equity, ou seja, a controdora aportou o montante de R\$1.374.000.

A Administração do Empresa está em processo de negociação junto com o seu acionista controlador para a mudança no indexador do contrato de mútuo (atualmente indexado pela Libor) e tambem para a prorrogação do prazo de liquidação do contrato entre 24 e 36 meses (atualmente possui vencimento em 08 de agosto de 2023).

A Administração acredita que terá sucesso nesta renegociação e que os fluxos de caixa futuros serão suficientes para garantir a continuidade operacional e a remuneração dos seus investidores.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 31 de dezembro de 2022, avaliamos a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa em continuar operando.

2.2 Data de aprovação das demonstrações financeiras

A aprovação das demonstrações financeiras pela Administração ocorreu em 15 de fevereiro de 2023.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais práticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras:

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

c. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos financeiros da Empresa, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Caixa e equivalentes de caixa", "Outras contas a receber" e "Dividendos propostos a receber".

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Aplicações financeiras".

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2022, os passivos financeiros da Empresa classificados nesta categoria compreendiam "Mútuo com partes relacionadas", "Outras contas a pagar" e "Fornecedores".

d. Redução ao valor recuperável de ativos

A cada exercício, a Empresa revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Empresa não identificou perda por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecida nos exercícios apresentados.

e. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

f. Investimentos

Os investimentos da Empresa são avaliados com base no método da equivalência patrimonial para fins das informações financeiras da investidora. Esses investimentos compreendem empreendimentos controlados em conjunto.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos inicialmente são reconhecidos pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Empresa no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investidas até a data em que o controle conjunto deixa de existir.

A participação societária nas investidas é apresentada na demonstração do resultado da investidora como resultado de equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das investidoras.

As informações financeiras das investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Empresa. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Empresa e suas investidas.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Empresa e suas investidas determinam se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Empresa.

g. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o passivo.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros com aplicações financeiras e variações cambiais ativas.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros por atraso, variação cambial passiva e juros sobre os contratos de mútuos.

j. Imposto de renda e contribuição social

A Empresa adota o regime de tributação pelo Lucro Real, e o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social

sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto e a contribuição social corrente a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício consideram as taxas de imposto e contribuição vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base na aplicação das mesmas alíquotas mencionadas e decorrem de receitas temporariamente não tributadas para efeito de imposto de renda e contribuição social e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

k. Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC")

A Empresa classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de recursos financeiros.

1. Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2022

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022.

Norma ou interpretação	Descrição	em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 15 (R1)/ IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações ao CPC 27/ IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	01/01/2022
Alterações ao CPC 25/ IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2022
Alterações ao CPC 37 (R1)/ IFRS 1, CPC 48/ IFRS 9, CPC 06 (R2)/ IFRS 16 e CPC 29/ IAS 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	01/01/2022

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	<u>Descrição</u>	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
	Classificação de Passivos como Circulantes ou	
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 –		
Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 36 (R3)/ IFRS 10 e CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos	23.407	27.090
Aplicações financeiras (i)	23.999	28.500
Total	47.406	55.590
1 Ocai		

(i) Compreende aplicações financeiras de liquidez imediata que são conversíveis em um montante conhecido de caixa em até 90 dias e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, apresentando a seguinte composição:

Instituição financeira	Remuneração	31/12/2022	31/12/2021
Banco Santander S.A.	98,5% CDI	23.999	28.500
Total		23.999	28.500

As aplicações financeiras estão avaliadas ao valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras no Banco Santander S.A. correspondem a CDB's com compromisso de recompra e rendem, em média, 100% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

5 Investimentos

Aquisição de controle conjunto

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, em 21 de agosto de 2015, a Gebbras adquiriu a participação societária de 51% das transmissoras de energia elétrica brasileiras: Transenergia Renovável S.A. ("TER"), Transenergia São Paulo S.A. ("TSP"), Goiás Transmissão S.A. ("GOT") e MGE Transmissão S.A. ("MGE"). E em 30 de novembro de 2022, a Gebbras efetuou aumento de capital na Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A. ("ARGEB").

Principais aspectos das controladas em conjunto

TER

A Transenergia Renovável S.A. ("TER") foi constituída em 18 de dezembro de 2008 sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A. e Gebbras Participações Ltda., vencedor do Lote C do Leilão nº 008/2008 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 009/2009, pelo prazo de 30 anos. O valor anual definido para a RAP, no ciclo 2022-2023, é de R\$ 80.929, incluindo os impostos reembolsáveis.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a TER é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção de linhas de transmissão e subestações localizadas nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com o objetivo de escoar a energia excedente dos processos de cogeração de sete usinas de açúcar e álcool presentes na região.

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, atualizadas monetariamente pelo IPCA, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM 476, no montante de R\$123.000. Com amortização e pagamento de juros semestrais, sendo o primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2021 e o último pagamento em 15 de junho de 2033.

Os recursos obtidos pela Companhia com a oferta restrita serão destinados (i) ao pré-pagamento do Contrato de Financiamento junto ao BNDES, (ii) à redução do capital social da Companhia, nos termos aprovados pela ANEEL por meio do Despacho ANEEL nº 3.664 de 23 de dezembro de 2020, e da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 8 de março de 2021; e (iii) distribuição de dividendos aos Acionistas.

TSP

A Transenergia São Paulo S.A. ("TSP") foi constituída em 8 de julho de 2009, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A e Gebbras Participações Ltda., vencedor do Lote G do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 001/2009, para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 024/2009, pelo prazo de 30 anos. O valor anual definido para a RAP, no ciclo 2022-2023, é de R\$ 28.492, incluindo os impostos reembolsáveis.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a TSP é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção das instalações de transmissão localizadas no Estado de São Paulo.

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, atualizadas monetariamente pelo IPCA, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM 476, no montante de R\$112.000. Com amortização e pagamento de juros semestrais, sendo o primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2021 e o último pagamento em 15 de junho de 2033.

Os recursos obtidos pela Companhia com a oferta restrita serão destinados (i) ao pré-pagamento do Contrato de Financiamento junto ao BNDES, (ii) à redução do capital social da Companhia, nos termos aprovados pela ANEEL por meio do Despacho ANEEL nº 3.522 de 14 de dezembro de 2020, e da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 8 de março de 2021; e (iii) distribuição de dividendos aos Acionistas.

GOT

A Goiás Transmissão S.A. ("GOT") foi constituída em 3 de fevereiro de 2010, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A. e Gebbras Participações Ltda., vencedor do Lote A do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 005/2009, para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 002/2010, pelo prazo de 30 anos. O valor anual definido para a RAP, no ciclo 2022-2023, é de R\$ 85.356, incluindo os impostos reembolsáveis.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a GOT é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção de linhas de transmissão localizadas no Estado de Goiás.

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, atualizadas monetariamente pelo IPCA, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM 476, no montante de R\$325.000. Com amortização e pagamento de juros semestrais, sendo o primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2021 e o último pagamento em 15 de junho de 2033.

Os recursos obtidos pela Companhia com a oferta restrita foram destinados (i) ao pré-pagamento do Contrato de Financiamento junto ao BNDES e FCO, (ii) à redução do capital social da Companhia, nos termos aprovados pela ANEEL por meio do Despacho ANEEL nº 31, de 07 de janeiro de 2021, e da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 8 de março de 2021; e (iii) distribuição de dividendos aos Acionistas.

MGE

A MGE Transmissão S.A. ("MGE") foi constituída em 3 de fevereiro de 2010, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A. e Gebbras Participações Ltda., vencedor do Lote G do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 005/2009 para

executar o objeto do Contrato de Concessão nº 008/2010, pelo prazo de 30 anos. O valor anual definido para a RAP, no ciclo 2022-2023, é de R\$ 64.237, incluindo os impostos reembolsáveis.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a MGE é responsável pela construção, operação e manutenção de linhas de transmissão localizados nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

ARGEB

A Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, listada como categoria "B" na Bolsa de Valores de São Paulo - B3, constituída em 02 de agosto de 2022.

A Argeb tem por objeto a participação no capital de outras entidades, como acionista. Adicionalmente, a Argeb poderá explorar atividades nas áreas de infraestrutura, de eletricidade, construção civil e instalações elétricas, podendo, para tanto, participar de leilões e concessões, habilitar-se em licitações e formar Sociedades de Propósito Específico - SPEs.

Em 29 de julho de 2022 a Argeb, firmou contrato de compra e venda da totalidade das ações das sociedades Argo V Transmissão de Energia S.A (anteriormente denominada ODOYA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A), Argo VI Transmissão de Energia S.A (anteriormente denominada Esperanza Transmissora de Energia S.A), Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A., Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia S.A. e Argo IX Transmissão de Energia S.A (anteriormente denominada Veredas Transmissora de Energia S.A. A transferência de controle foi anuída previamente pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022 e em 08 de novembro de 2022 foi obtida também a anuência prévia do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. BNDES por meio da carta AE/DEENE1 nº113/2022. A transferência de controle ocorreu em 30 de novembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, a Argeb detém 100% de participações societárias nas companhias: Argo V Transmissão de Energia S.A. ("Argo V"), Argo VI Transmissão de Energia S.A. ("Argo VI"), Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. ("Argo VII"), Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia S.A. ("Argo VIII"), Argo IX Transmissão de Energia S.A. ("Argo IX").

Controlada Argeb	Contrato de concessão	Vigência	RAP Atualizada	RAP Histórica
Argo V Transmissão de Energia S.A	Nº 17/2014	30 anos	100.904	45.569
Argo VI Transmissão de Energia S.A	Nº 18/2014	30 anos	89.820	48.835
Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A	N° 05/2015	30 anos	260.506	144.600
Giovanni Sanguinetti transmissora de energia S.A	Nº 11/2017	30 anos	154.407	114.558
Argo IX Transmissão de Energia S.A	N° 17/2017	30 anos	174.570	130.510

a. Participação em controladas em conjunto

				31/	12/2022				
Informações sobre as controladas em conjunto							Informações sobre o investimento da Controladora		
Controladas em conjunto	%	Nº ações detidas/mil	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Transenergia Renovável S.A. Transenergia São Paulo	51	112.506	158.600	320.696	138.087	182.609	24.826	12.662	93.131
S.A.	51	37.638	33.800	237.730	145.214	92.516	24.208	12.346	47.183
Goiás Transmissão S.A.	51	160.749	174.095	815.379	419.796	395.583	78.954	40.266	201.747
Mge Transmissão S.A.	51	141.898	278.232	531.501	146.700	384.801	76.765	39.150	196.249
Argeb Energia S.A.	37,5	1.374.000	3.664.001	4.377.156	691.131	3.686.025	22.236	8.338	1.382.259
Total								112.762	1.920.569

31	/1	1	13	nn	1

					712/2021				
Informações sobre as controladas em conjunto						Informações sobre o investimento da Controladora			
Controladas em conjunto	%	Nº ações detidas/mil	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Transenergia Renovável S.A. Transenergia São Paulo	51	112.506	158.600	336.158	150.797	185.361	29.521	15.056	94.534
S.A.	51	37.638	33.800	220.394	134.289	86.105	21.964	11.202	43.914
Goiás Transmissão S.A.	51	160.749	174.095	734.596	399.216	335.380	90.953	46.386	171.044
Mge Transmissão S.A.	51	141.898	278.232	483.752	157.483	326.269	76.061	38.791	166.397
Total								111.435	475.889

b. Movimentação do investimento

Controladas em conjunto	Saldo em 2021	Dividendos	Aporte de capital em investidas	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2022
Transenergia Renovável S.A.	94.534	(14.065)	-	12.662	93.131
Transenergia São Paulo S.A.	43.914	(9.077)	-	12.346	47.183
Goiás Transmissão S.A.	171.044	(9.563)	-	40.266	201.747
Mge Transmissão S.A.	166.397	(9.298)	-	39.150	196.249
Argeb Energia S.A.	-	(79)	1.374.000	8.338	1.382.259
Total	475.889	(42.082)	1.374.000	112.762	1.920.569

c. Dividendos propostos a receber

Controladas em conjunto	Saldo em 2021	Dividendos Propostos	Dividendos Recebidos	Saldo em 2022
Transenergia Renovável S.A.	3.575	14.065	(14.739)	2.901
Transenergia São Paulo S.A.	2.802	9.077	(3.264)	8.615
Goiás Transmissão S.A.	11.025	9.563	-	20.588
Mge Transmissão S.A.	10.927	9.298	(10.200)	10.025
Argeb Energia S.A.	-	79	-	79
Total	28.329	42.082	(28.203)	42.208

d. Contingências nas investidas em conjunto

TER

A Companhia está envolvida em processos cíveis e fiscais, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, conforme informações abaixo:

		31/12/2022		31/12/2021			
Risco	Cível	Fiscal	Total	Cível	Fiscal	Total	
Possível (a)	3.438	2.059	5.497	1.875	1.986	3.861	
	3.438	2.059	5.497	1.875	1.986	3.861	

Processos possíveis: compõem-se basicamente de um processo de R\$2.794, movido pelo IBAMA, que alega que a Companhia deixou de atender condicionantes da licença de operação, um processo R\$2.059 que requer o pagamento adicional de ICMS de substituição tributária sobre entradas de material elétrico no Estado de Goiás e processos de instituição de servidões no montante de R\$644.

TSP

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui demandas judiciais com probabilidade de perda provável ou possível, que deveriam ser registradas e/ou divulgadas.

GOT

A Companhia está envolvida em processos cíveis e tributários, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, conforme informações abaixo:

		31/12/2022	2		31/12/2021	
Risco	Cível	Tributário	Total	Cível	Tributário	Total
Provável (a)	13	-	13	11	-	11
Possível (b)	5.222	18.938	24.160	355	18.192	18.547
	5.235	18.938	24.173	366	18.192	18.558

- a) Processos prováveis: Composto por processo de indenização por passagem de servidão.
- b) **Processos possíveis:** Composto por um processo no valor de R\$ 380 (355 em 2021) referente a Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Goiás, pleiteando liminarmente a suspensão das obras da Linha de Transmissão, um processo de ação anulatória de auto de infração referente a ICMS DIFAL no montante de R\$ 18.938 (18.193 em 2021) e por processos de passagem de servidão.

MGE

A Companhia está envolvida em processos cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, conforme informações abaixo:

		31/12/2022			31/12/2021	
Risco	Cível	Trabalhista	Total	Cível	Trabalhista	Total
Provável (a)	271	-	271	437	-	437
Possível (b)	10.364	-	10.364	259	-	259
	10.635		10.635	696		696

- **a. Processos prováveis:** Composto por processos de instituição de servidões no montante de R\$271 (valor atualizado).
- **b. Processos possíveis:** compõe-se principalmente por processos de instituição de servidões no montante de R\$10.086 (valor atualizado), sendo o valor remanescente pulverizado.

6 Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas seus quotistas, empresas coligadas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

a. Transações com mútuos

	31/12/2022				31/12/2021			
	Passi	Passivo		Resultado		ivo	Resultado	
Mutuante	Circulante	Não circulante	Juros	Variação cambial	Circulante	Não circulante	Juros	Variação cambial
Empresa de Energia de Bogotá (i)	5.725	174.892	(15.736)	-	-	180.589	(15.734)	-
Grupo Energia de Bogotá (ii)	166.422	-	(7.606)	11.268	-	173.962	(6.660)	(21.283)
IRRF	(1.358)	-	-	-	-	(1.078)	-	-
Total	170.789	174.892	(23.342)	11.268		353.473	(22.394)	(21.283)

- (i) Atualização pela taxa de 9% a.a. com vencimento em parcela única em 19 de agosto de 2031.
- (ii) Atualizado pela taxa Libor 6M + 1,95% com vencimento em 08 de agosto de 2023.

O item (ii) refere-se à empréstimos em dólares.

A movimentação dos empréstimos com mútuo está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	455.778
Provisões de juros	22.394
Variação cambial	21.283
Juros pagos	(22.949)
Amortização de principal	(123.172)
Imposto de renda retido	139
Saldo em 31 de dezembro de 2021	353.473
Provisões de juros	23.342
Variação cambial	(11.268)
Juros pagos	(19.866)
Imposto de renda retido	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	345.681

b. Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a remuneração dos administradores (pessoal-chave) totalizou R\$ 1.685 (R\$ 1.213 em 2020), sendo registrada como despesas administrativas no resultado.

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	(1.167)	(838)
Encargos	(354)	(296)
Beneficios	(164)	(79)
Total	(1.685)	(1.213)

7 Contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Empresa não possui demandas judiciais com probabilidade de perda provável ou possível, que deveriam ser registradas e/ou divulgadas.

8 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Gebbras, subscrito e integralizado, está representado por R\$ 1.564.200, dividido em 1.564.200.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas aos quotistas:

	31/12/2022		31/12/2021		
Cotista	Nº de quotas	Valor	Nº de quotas	Valor	
Grupo Energia de Bogotá S.A. Marcos Diez	1.564.200.000	1.564.200	190.199.999 1	190.200	
Total	1.564.200.000	1.564.200	190.200.000	190.200	

Em 30 de novembro de 2022 o Grupo Energia de Bogotá efetuou aumento de capital de R\$ 1.374.000. O aporte teve por finalidade o aumento de capital da Gebbras na Argeb.

9 Outras receitas

Refere-se à indenização contratual prevista na cláusula 7.1 do contrato de compra e venda das ações, das investidas em conjunto, que prevê a obrigação de indenização em caso de desembolso ocorrido nas investidas decorrente de eventos anteriores à data de aquisição das ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi reconhecido o montante de R\$ 228 à título de indenizações.

10 Resultado financeiro líquido

	31/12/2022	31/12/2021
Rendimento de aplicação financeira (i)	2.257	1.976
Variação cambial ativa sobre conta corrente (ii)	4.534	5.738
Variação cambial ativa sobre mútuos	43.411	42.986
Outras receitas financeiras	92	66
Receitas financeiras	50.294	50.766
Variação cambial passiva sobre mútuos	(32.143)	(64.269)
Variação cambial passiva sobre conta corrente (ii)	(6.335)	(1.321)
Juros sobre mútuos	(23.342)	(22.394)
IOF	(5.309)	(453)
Despesas bancárias	(31)	(5)
Despesas financeiras	(67.160)	(88.442)
Resultado financeiro líquido	(16.866)	(37.676)

⁽i) Os rendimentos de aplicação financeira, referem-se à aplicações de liquidez imediata e estão classificadas como equivalentes de caixa.

11 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração dos administradores	(1.685)	(1.213)
Serviços de terceiros	(10.244)	(1.147)
Viagens e estadias	(61)	(119)
Aluguel de Imóveis	(48)	(134)
Outras despesas	(197)	(239)
Total	(12.235)	(2.852)

12 Imposto de renda e contribuição social

A Empresa possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas demonstrações financeiras no montante de R\$ 221.226 (R\$ 206.227 em 31 de dezembro de 2021).

⁽ii) As variações cambiais referem-se a depósitos mantidos em conta corrente no Banco Santander NY e estão classificados como equivalentes de caixa.

a. Reconciliação da alíquota efetiva

	2022	2021
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	83.889	71.417
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL de acordo com as alíquotas vigentes	(28.522)	(24.282)
Ajustes permanentes:		
Equivalência patrimonial	(112.762)	(111.435)
Prejuizo fiscal não reconhecido	13.875	39.260
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado do exercício	-	-
Alíquota efetiva	0%	0%

13 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

b. Classificação dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022

	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48
Caixa e Equivalente de caixa Dividendos propostos a receber	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado Custo amortizado	47.406 42.208 89.614
Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022		
Mútuo com partes relacionadas Fornecedores Outras contas a pagar	Classificação de acordo com o CPC 48 Custo amortizado Custo amortizado Custo amortizado	Valor contábil de acordo com o CPC 48 345.681 2 3 345.686
Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021		
	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48
Caixa e Equivalente de caixa Dividendos propostos a receber Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado Custo amortizado	55.590 28.329 83.919
	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48
Mútuo com partes relacionadas Fornecedores Outras contas a pagar	Custo amortizado Custo amortizado Custo amortizado	353.473 27 6 353.506

c. Gerenciamento de riscos

A Empresa está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas em razão de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Empresa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e a estratégia definidas pela Administração.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na Administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, afetarem os ganhos da Empresa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

(i) Riscos relacionados às taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Empresa para aquisição de capital de giro com suas partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa não possui instrumentos financeiros derivativos para proteger suas operações em moeda estrangeira e apresentou a seguinte exposição em 31 de dezembro de 2022:

	31/12/2022 (U\$)	31/12/2022 (R\$)
Recebíveis em Dólar (*) Obrigações em Dólar (*)	4.485 (31.895)	23.402 (166.421)
Exposição do Dólar (*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN	(27.410)	(143.019)

(ii) Riscos relacionados à taxa de juros

Na Empresa, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (Libor).

d. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

As operações da Empresa são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI, do Libor e do Dólar.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (mútuos e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros/câmbio foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2022, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI, Libor e Dólar, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas informadas no *site* do Banco Central e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações.

Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e/ou uma redução de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		13,65	10,24	6,83
Aplicações financeiras Remuneração estimada Efeitos no resultado		23.999	3.276	2.45 (819)	1.639 (1.637)

^(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável (*)	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Libor 6M (%)	Aumento da Libor		3,506	4,383	5,259
Empréstimos a Libor (**)		166.422	172.257	173.716	175.174
Juros estimados			(5.835)	(7.294)	(8.752)
Efeitos no resultado				(1.459)	(2.917)

Premissas para a análise de sensibilidade:

Ativos em dólar23.402Passivos em dólar166.421Passivo líquido em dólar143.019

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável (*)	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Dólar	Aumento do dólar		5,2177	6,5221	7,8266
Passivo líquido em dólar		143.019	143.019	178.773	214.530
Variação cambial estimada				(35.754)	(71.511)

 $^{(\}mbox{*})$ Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil- BACEN

* * *

Fernando Augusto Rojas Pinto Administrador Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S Leandro Borges Jordão Contador CRC GO-001605/O

^(**) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$ 180.589